

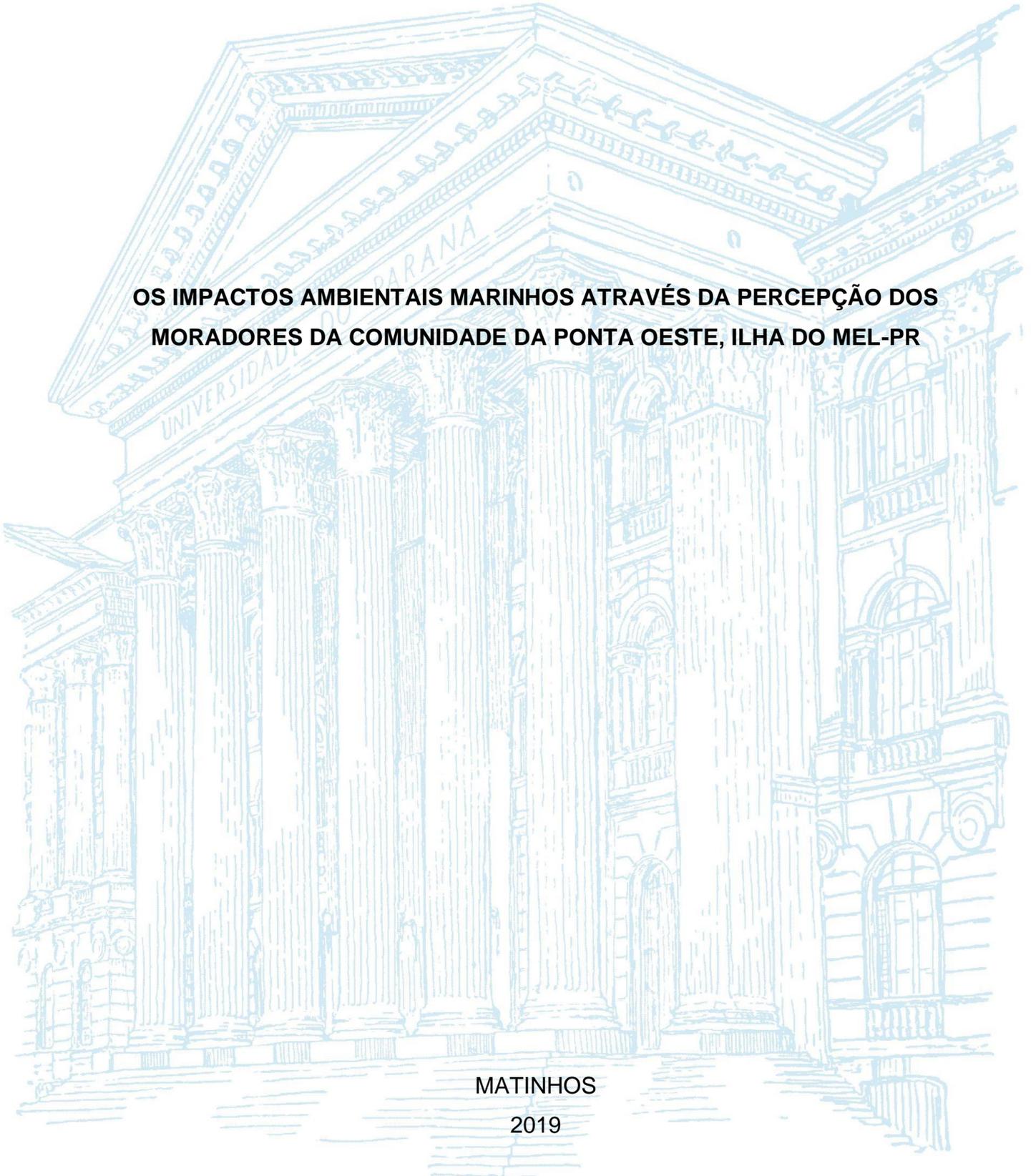
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA GUIMARÃES ROCHA

**OS IMPACTOS AMBIENTAIS MARINHOS ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS  
MORADORES DA COMUNIDADE DA PONTA OESTE, ILHA DO MEL-PR**

MATINHOS

2019



AMANDA GUIMARÃES ROCHA

**OS IMPACTOS AMBIENTAIS MARINHOS ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS  
MORADORES DA COMUNIDADE DA PONTA OESTE, ILHA DO MEL-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Ambiental, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Harder

MATINHOS

2019

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

AMANDA GUIMARÃES ROCHA

### **OS IMPACTOS AMBIENTAIS MARINHOS ATRAVÉS DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE DA PONTA OESTE, ILHA DO MEL-PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Gestão Ambiental, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Ambiental.

---

Prof. Dr. Eduardo Harder

Orientador – Bacharelado em Gestão Ambiental, Setor Litoral, UFPR

---

Profa. Dra. Ana Elisa de Castro Freitas

Licenciatura em Artes, Setor Litoral, UFPR

---

Msc. Renata Beghetto Pacheco

Departamento de Antropologia, Setor de Ciências Humanas, UFPR

Matinhos, 03 de dezembro de 2019.

Dedico o presente trabalho a toda comunidade da Ponta Oeste, por me receberem de forma acolhedora e por me tratarem como parte da família.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por me dar a força necessária para enfrentar todas as dificuldades e desafios que encarei durante o curso.

Agradeço a minha família por me apoiarem e estarem presentes durante essa jornada.

Agradeço a minha velha amiga Yanka Kondo por me ajudar, mesmo estando distante, nas mais difíceis atividades e relatórios, pelas extensas discussões sobre Homem&MeioAmbiente, além de um apoio mútuo sobre geoprocessamento e Qgis.

Agradeço ao meu melhor amigo e namorado Gustavo Cardoso por estar do meu lado em todos os momentos, bons e ruins, que me ouviu rir e chorar e nunca me deixou desistir. E agradeço também a toda a sua família por todo apoio e acolhimento.

Um agradecimento especial a todos os meus colegas da turma 2015 que estiveram presentes nessa jornada, e que independente de proximidade, sempre me ajudaram nos incontáveis momentos de crise e constrangimento vividos por mim durante as aulas.

Agradeço as amigas que conquistei nesse período Allana, Déborah, Jessica, Kauana, Manoela, entre muitas outras que me ajudaram e tornaram os meus dias longe de casa mais fáceis e felizes.

Agradeço ao meu amigo Danilo, por ser meu amigo suporte nesse período final de tcc e por meio deste, te livro de tal responsabilidade.

Agradeço a Luana Fonseca Barbosa e sua família por se tornarem a minha segunda família e que, apesar de não terem qualquer obrigação, me ajudaram e me apoiaram de uma forma impossível de dimensionar, mas sou muito grata a vocês.

Agradeço a todos os funcionários da UFPR- setor Litoral, por tornarem esse campus tão acolhedor e aconchegante.

Agradeço a todos os meus professores que foram tão importantes na minha formação.

Agradeço a todos da comunidade da Ponta Oeste por serem tão acolhedores, dispostos e queridos, estar com vocês foi a experiência mais gratificante que eu poderia ter tido.

Por fim, agradeço também ao meu orientador professor Eduardo Harder, que nunca desistiu de mim e nem me deixou desistir, que acreditou que eu seria capaz e me incentivou a continuar. Sou muito grata ao senhor por tudo, obrigada pela paciência e por ser esse ótimo professor que você é!

“Nós, comunidade da Ponta  
do Oeste da Ilha do Mel, existimos  
e resistimos, pois somos nativos  
deste lugar. Aqui é a nossa vida!”

(Protocolo de consulta prévia e o  
direito a livre determinação, 2019, p.256)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a percepção dos impactos ambientais marinhos pelos moradores da comunidade pesqueira da Ponta Oeste da Ilha do Mel, e como esses impactos afetaram o dia a dia da vila de pescadores, bem como seus possíveis causadores. O estudo caracteriza a região estudada, de forma a contextualizar a problemática enfrentada pelos pescadores e segue com relatos da percepção dos moradores da comunidade da Ponta Oeste. Além disso, retoma brevemente a história do Porto de Paranaguá, assim como a sua importância regional e, diante deste contexto, a discussão sobre o que a comunidade espera para o futuro. Por fim, conclui-se que na visão dos moradores o Porto de Paranaguá e as atividades da Dragagem não são os únicos causadores de impacto no estuário, porém, são um dos principais responsáveis pelos impactos sentidos pela ictiofauna.

Palavras-chave: 1. Populações tradicionais 2. Pescadores artesanais 3. Impactos socioambientais 4. Atividade Portuária 5. Percepção Ambiental

## **ABSTRACT**

This paper aims to address the perception of marine environmental impacts by the residents of the fishing community of Ponta West of Ilha do Mel, and how these impacts affected the daily life of the fishing village, as well as their possible causes. The study characterizes the studied region, in order to contextualize the problem faced by fishermen and follows with reports of the perception of the dwellings of the community of Ponta Oeste. In addition, it briefly takes up the history of the Port of Paranaguá, as well as its regional importance and, in this context, the discussion about what the community expects for the future. Finally, it is concluded that in the residents' view Paranaguá Port and the Dredging activities are not the only ones that cause impact on the estuary, but they are one of the main responsible for the impacts felt by the ichthyofauna.

Keywords: 1. Traditional populations 2. Artisanal fishers 3. Social and environmental impacts 4. Port activity 5. Environmental perception

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>16</b>
<b>3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PONTA OESTE, O PORTO DE PARANAGUÁ E A DRAGAGEM DA BAÍA .....</b>	<b>18</b>
<b>3.1 A PONTA OESTE DA ILHA DO MEL.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2 O PORTO DE PARANAGUÁ.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 A DRAGAGEM .....</b>	<b>19</b>
<b>5 A BIODIVERSIDADE MARINHA E SUA VULNERABILIDADE .....</b>	<b>24</b>
<b>6 MEDIDAS MITIGATÓRIAS.....</b>	<b>24</b>
<b>7 ALTERNATIVAS DE SUBSISTÊNCIA .....</b>	<b>25</b>
<b>8 O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?.....</b>	<b>27</b>
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo a Agência de Notícias do Paraná a cidade de Paranaguá abriga o maior terminal de contêineres do país, que tem como sua principal atividade escoar excedentes agrícolas para o mercado externo. E de acordo com a Assessoria de Comunicação dos Portos do Paraná, a cidade possui o segundo maior terminal marítimo do país, atingindo uma movimentação de mais de 10 mil toneladas/ano. Em contrapartida, localizada na baía de Paranaguá, temos a comunidade de Ponta Oeste na Ilha do Mel, uma pequena vila de pescadores artesanais que se encontra vulnerável aos impactos decorrentes das atividades portuárias da região por conta da sua localização na baía.

Em razão disso, de acordo com a comunidade, ao longo das últimas décadas houve uma redução gradativa dos estoques pesqueiros. Além de, segundo os moradores, a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel ter prejudicado as atividades agrícolas de subsistência da comunidade, devido a ação do órgão ambiental fiscalizador, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), ainda enfrentam a dinâmica portuária – que afeta suas atividades pesqueiras tradicionais, em especial pela constante operação das dragas no Canal Sul, também conhecido como Canal da Galheta.

Através de relatos dos moradores, foi possível identificar os pontos de rupturas na realidade social e ecológica na comunidade da Ponta Oeste, especialmente pelo impacto constante à fauna marinha, mais especificamente aos peixes, como consequência dos processos de dragagem, uma vez que a ação das dragas e a sucção do material geram impactos negativos – de efeito direto – sobre organismos e habitats.

A vila pesqueira de Ponta Oeste, que se situa ao lado do Canal da Galheta, encontra-se vulnerável aos impactos decorrentes das práticas portuárias na região, historicamente pelo porto de Paranaguá e, nos últimos anos, pelo empreendimento portuário existente em Pontal do Sul, balneário de Pontal do Paraná.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral registrar a percepção dos moradores sobre os impactos decorrentes das constantes atividades portuárias, e provocar uma reflexão de como essas atividades interferiram no cotidiano dos habitantes da tradicional comunidade pesqueira de Ponta Oeste - Ilha do Mel.

## 2 JUSTIFICATIVA E APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Lamour (2007) caracteriza o litoral do Paraná como tendo uma pequena costa oceânica e dois estuários bem desenvolvidos, um na baía de Guaratuba, localizada na parte sul do litoral, com pouco mais de 50 km<sup>2</sup> de extensão, e o Complexo Estuarino de Paranaguá localizado na porção centro-norte do litoral, com aproximadamente 612 km<sup>2</sup>. Nas duas baías, as principais atividades são a pesca artesanal e o lazer, porém na baía de Paranaguá, ainda são desenvolvidas atividades portuárias.

Ainda segundo Lamour (2007) a baía de Paranaguá possui duas desembocaduras com deltas de maré formados na plataforma continental rasa. A desembocadura Norte possui dois canais: o Sueste, ao sul da ilha das Palmas, e o Canal Norte, ao norte da mesma ilha. Já a desembocadura Sul, possui o Canal da Galheta<sup>1</sup>.

Conforme Lamour (2007), a comunidade da Ponta Oeste se localiza na Ilha do Mel, ilha situada no estuário da Baía de Paranaguá, no estado do Paraná, a aproximadamente 120 km de Curitiba. A Ilha do Mel pertence ao bioma da Mata Atlântica e é caracterizada pelo seu terreno plano e arenoso, a ilha possui um perímetro aproximado de 35 km, estando separada do continente por cerca de 2.800 metros, sendo uma das maiores referências no turismo do litoral paranaense. A ilha faz parte do município de Paranaguá e é administrada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

De acordo com Paifer (2013), a Baía de Paranaguá possui particularidades geomorfológicas e hidrográficas que propiciam o desenvolvimento da atividade portuária de maneira intensa e de grande volume de navios. Devido essas particularidades, na década de 1930 iniciou-se o acesso de grandes embarcações e, à partir dos anos 1970, por conta do tamanho das embarcações, o acesso mudou do Canal Norte para o Canal da Galheta.

Para Moura (2016), as comunidades de pescadores artesanais utilizam-se dos recursos pesqueiros, juntamente com práticas culturais e relações sociais que

---

<sup>1</sup> Essas conexões com o oceano são chamadas de Norte e Sul, pois estão de acordo com as suas localizações em relação à Ilha do Mel.

dão caráter a sua territorialidade, de forma que o mar não é apenas um espaço físico e sim, muitas vezes, identificado como área de pesca que se torna um espaço comunitário, onde se mantêm as relações sociais das comunidades costeiras de pescadores, assim como o manejo tradicional da biodiversidade.

Guedes afirma que o território é a base geográfica da existência social de pescadores (entendido como coletividades), pois no território que estes constroem sua identidade, como seus sentimentos de pertencimento, expressando seu patrimônio cultural e desejo de reprodução das condições materiais de existência humana. (GUEDES, 2011, p.63 apud MOURA, 2016, p.53)

Segundo Fuzetti e Corrêa (2009, p.610) os pescadores artesanais utilizam os estoques pesqueiros para a sua subsistência, e através deles contribuem para o desenvolvimento econômico, cultural e social no Brasil, mas sofrem constantemente com as pressões decorrentes dos processos de urbanização, e normalmente excluídos nos planos de manejo. Sendo assim, quando as ações portuárias se tornam um risco à subsistência e continuidade dessa comunidade tradicional, ameaça nossa história, cultura e saberes tradicionais, como também a vida dos indivíduos que formam a Vila da Ponta Oeste.

A metodologia utilizada na pesquisa foi de natureza etnográfica, que consiste em uma investigação empírica com ênfase na descrição dos efeitos vividos pela comunidade da Ponta Oeste em relação às atividades portuárias na região. Baseando-se no método de Malinowski (1978) os registros do diário de campo se compõem em duas partes: a primeira com a ida ao campo – observar e coletar dados a serem documentados, de forma concreta e estatística; e segunda – com foco em entrevistas informais, observações e registro de dados.

Para atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma inserção na comunidade da Ponta Oeste, entre o final de outubro e início de novembro de 2018, visando obter o material necessário para realizar a pesquisa através de entrevistas informais, anotações em diários de campo, e coleta de dados primários e secundários que nos permitam compreender a problemática vivida pela comunidade. Após esse processo etnográfico, os registros de dados adquiridos foram analisados e quantificados, com ênfase nas atividades portuárias da região e suas consequências – ambientais e sociais – na comunidade estudada.

### **3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PONTA OESTE, O PORTO DE PARANAGUÁ E A DRAGAGEM DA BAÍA**

#### **3.1 A PONTA OESTE DA ILHA DO MEL**

A vila de pescadores se encontra na extremidade oeste da Ilha do Mel, voltada para dentro das baías do litoral paranaense, tendo a cidade de Paranaguá como ponto mais próximo, além de ser a localidade com melhores condições para atividade pesqueira.

Outrora a comunidade da Ilha com o maior número de habitantes, nas últimas décadas a Ponta Oeste tem sofrido com o processo migratório da população para Paranaguá, decorrente de inúmeros fatores, de acordo com relatos dos moradores a omissão do poder público, uma vez que a comunidade não goza de serviços públicos como energia elétrica, coleta do lixo e tratamento de água, acaba sendo um dos principais responsáveis dessa migração.

Outro agravante foi a criação da Estação Ecológica da Ilha do Mel em 1982, ocasião na qual o Governo do Estado do Paraná não dialogou com a comunidade previamente, segundo os autores Harder e Freitas o resultando diretamente no impedimento das atividades agrícolas de subsistência (cultivo de mandioca, café, melancia e abacaxi ou a criação de galinhas e porcos) dos moradores locais (Harder e Freitas, 2015).

A situação arbitrária se repetiu em 2009, com a Lei estadual n. 16.037, que transformou a Ilha do Mel em área de interesse ambiental e turístico, impossibilitando a reforma e/ou construção de casas dos habitantes locais. Esses fatores, somados à diminuição dos recursos pesqueiros (atribuída à atividade portuária e à pesca industrial) resultou no processo de êxodo da população. Quanto aos remanescentes, sem a permissão de construir suas casas, se viram alojados em uma antiga escola desativada da vila (Moura, 2016).

#### **3.2 O PORTO DE PARANAGUÁ**

De acordo com Os Portos do Paraná o porto de Paranaguá começou

sua história em 1872, como um atracadouro particular. Na época, para homenagear o imperador do Brasil, foi nomeado de Dom Pedro II. Em 1917, sua administração passou a ser do Governo do Estado do Paraná e sua inauguração ocorreu em março de 1935, mas apenas em julho de 1947 foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá (A.P.P.).

Ainda de acordo com Os Portos do Paraná, em 10 de novembro de 1971, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina se unem pela Lei n. 6.249, criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), que atualmente é o maior porto em exportação de grãos da América Latina e o segundo maior porto do Brasil, atrás apenas do Porto de Santos.

### **3.3 A DRAGAGEM**

De acordo com o site da AmbScience Engenharia, a draga é uma embarcação projetada para desassorear, alargar, aprofundar, desobstruir, remover ou escavar todo material do fundo do mar, rios e canais. Sua principal função é realizar a manutenção ou aumentar a profundidade de qualquer curso de água.

A dragagem na baía de Paranaguá é tida pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) como uma ferramenta essencial para o funcionamento do Porto, já que permite que navios cada vez maiores trafeguem pela baía sem riscos, garantindo a profundidade do canal.

As atividades das dragas tiveram início ainda na década de 30, nos canais de acesso Norte e Sueste (Lamour, 2007). Conforme a tecnologia foi avançando e os tamanhos das embarcações aumentando, via-se necessário aprofundar os canais cada vez mais, até que em 1972, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) optou pela abertura do Canal da Galheta, um novo canal, uma vez que nos antigos canais havia a necessidade da retirada de maciços rochosos submersos, sendo economicamente pouco atrativo tornando o empreendimento inviável.

Segundo Lamour (2007) as dragagens foram feitas periodicamente entre 1972 até 1998, quando o externo do canal da Galheta foi aprofundado em 15m, sendo suspensas durante os anos 2000 e sendo retomadas em 2001, mas de acordo com a Assessoria do Portos do Paraná, apenas em 2013 o Porto obteve uma licença ambiental de operação, iniciando a maior dragagem da história dos portos, abrangendo os canais de acesso, berços e baías de evolução.

Apesar de necessária para o crescimento portuário, a dragagem causa inúmeros impactos ao meio ambiente, atingindo fortemente comunidades próximas às zonas de impacto, tanto direta como indiretamente. Segundo o autor Carlos Soares, em um documento disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente a remoção dos sedimentos gera material em suspensão na água, que aumenta a turbidez, o aumento da profundidade e alteração do perfil do fundo interferem na qualidade da água. Além da concentração de nutrientes e compostos químicos (que podem ser tóxicos), ainda ocasiona a remoção e alteração no hábitat de organismos bentônicos, muda a hidrodinâmica local, e possibilita a redução dos estoques pesqueiros.

Devido à possibilidade de interferências nas atividades pesqueiras durante o desenvolvimento da dragagem e descarte do material dragado, podem ocorrer conflitos com a comunidade local, principalmente com os pescadores artesanais e suas famílias (APPA, 2015)

#### **4 A PERCEPÇÃO DOS MORADORES**

Antigamente os pescadores soltavam o espinhel próximo à Ilha Rasa, com a intenção de pegar parambiju/ bijupirá (também chamado de salmão brasileiro). Chegavam a apanhar entre 30 e 40 peixes no espinhel, peixes grandes, que variavam entre 10, 15 ou até 60 kg. Nessa época eles usavam um barquinho para atravessar o pescado, que ocorria em abundância, e a única forma que eles encontraram de preservar a qualidade dos peixes seria armazenando no gelo, pois teriam que ir, cedo no dia seguinte, até Paranaguá para revenda.

Em conversa com os poucos pescadores que ainda seguem em atividade na comunidade, foi relatado que hoje eles podem soltar uma rede com 300 metros e não virá um peixe sequer. Inclusive, a principal espécie pescada na região era a Pescadinha (membeca), principalmente durante o verão entre novembro e março – sendo janeiro o mês com mais registros da espécie, chegando a pescar toneladas por dia.

A quantidade de peixes refletia no povoado da comunidade, que possuía a maior quantidade de habitantes da ilha, e uma a cada duas ou três famílias possuía uma rede. A abundância de peixes levou a população a crescer. Entretanto, a mão de obra não era suficiente, fazendo com que fossem buscar pescadores em outras localidades, como Bertiooga e Superagui – pescadores esses que, posteriormente, acabaram por se mudar para a Ilha.

As atividades pesqueiras começavam bem cedo, por volta das 4h00m ou 5h00 da manhã, quando levavam as embarcações com a rede e ficavam esperando a maré apropriada para dar o lance. Nessa época, a quantia de Membreca pescada podia chegar à meia tonelada. A sazonalidade da maré não permitia uma matemática exata: alguns dias pescavam mais, em outros pescavam menos, mas sempre em grande quantidade. Os moradores contam que, por vezes, a abundância de peixes durava dias. Uma maré muito apropriada em conjunto com a lua certa, provocava o não escoamento de pescado, e mesmo as empresas e cooperativas de Paranaguá paravam as atividades por não darem conta da quantidade de peixes na região.

A pesca em Ponta Oeste sempre foi algo muito familiar, era comum que mulheres e crianças participassem do ofício, como arrastos noturnos na praia, e ali permaneciam até o amanhecer. Durante os deslocamentos, as famílias iam para essas localidades e faziam pequenas cabanas cobertas com sape, e ali eles permaneciam para conseguir pescar a tainha.

Nessa ocasião, as mulheres se dividiam para cuidar das crianças pequenas, uma vez que os pequenos precisavam frequentar a escola e não podiam acompanhar os pais, já que a época de pesca da tainha durava de abril até agosto. Era formada uma grande rede de apoio onde se revezavam para saber quem acompanharia os pescadores e quem cuidaria das crianças.

Ao término da época de tainha, eles retornavam para pegar as pescadinhas na baía. Isto é, nessa época não sofriam com a escassez de pescado, porque quando não era época de certa espécie em uma localidade, os pescadores eram ágeis e se deslocavam, assim acontecia em outras localidades como a comunidade do Maciel e Valadares, que se moviam até próximo da Ilha do Mel.

De acordo com os moradores de Ponta Oeste, o cenário mudou quando a APPA passou a usar o canal da Galheta como o principal canal de acesso ao porto. A situação teria piorado quando a dragagem se intensificou, fazendo com que os pescadores da vila de Ponta Oeste se sentissem lesados e alegassem que todo o estoque pesqueiro acabou, inclusive a pescadinha, que era conhecida por sua abundância. Em 2018, durante cem dias, a dragagem funcionou 24hrs por dia.

Os poucos pescadores que restam na comunidade dizem não pegar mais nenhum peixe e, mesmo em tempos sem as atividades das dragas, a quantidade diária de pescado caiu de aproximadamente 600 kg para 70 kg, decorrentes de um dia inteiro de pescaria.



Figura 1 Cotidiano da comunidade da Ponta Oeste, década de 1970, FONTE: arquivo de família, retirado do Parecer Técnico " Ponta Oeste- Ilha do Mel" Paranaguá-PR, novembro, 2011.



Figura 2 Resultado de um dia inteiro de pesca na comunidade da Ponta Oeste, novembro, 2018.

Foto

da

Autora.

Durante a reunião de monitoramento de atividade pesqueira, ocorrida na cidade de Paranaguá, os pescadores presentes disseram não haver mais peixes na baía de Paranaguá e que todo desembarque de pescado que a equipe monitorou tem origem na baía de Guaraqueçaba.

“O peixe acabou, realmente não tem, porque, anteriormente nós tivemos vários acidentes/incidentes, muitos acidentes e o peixe acabou, porque o litoral é o berçário dos animais marinhos, e teve derramamento de óleo, de navios que a tubulação explodiu e por isso o nosso peixe acabou, porque peixe antigamente, a pessoa fala que pescador é mentiroso, mas gente pegava peixe, camarão com a mão, peixe a gente matava com pau, agora tem pescador que passa o dia todo e pega dois ou três kg de camarão na baía, passa necessidade, então o que a gente precisa é se cuidar e cuidar do povo que nós temos e fazer com que a gente possa daqui pra frente melhorar [...]”  
Pescador pertencente à colônia de pescadores de Paranaguá, durante o seminário de monitoramento pesqueiro em 2019.

Em um estudo produzido a pela prefeitura de Paranaguá sobre a *“Caracterização da Pesca Artesanal e Amadora na Área de Influência do Novo Porto – Paranaguá”* os pescadores de outras comunidades do estuário, como Europinha, Eufrasina e Amparo, também acreditam que a diminuição de pescado está relacionada com as atividades portuárias. Entendem a implantação do empreendimento como um problema real para a comunidade, porém, assim como em outras comunidades, acreditam que não podem, nem devem, se opor à isso porque o porto é responsável por trazer “o progresso” para o município, além da fraqueza política dos pescadores.

Todavia, a falta de peixes para seu sustento não significa que não há mais animais marinhos na baía. Na verdade, os moradores apontam inúmeros casos de peixes decapitados, lesionados ou destroçados aparecendo na costa. Para os moradores, essas lesões seriam causadas por hélices de navios ou pela draga. Assim como outros animais achados em estado semelhante, como tartarugas, botos, raias e Meros<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Espécie de peixe gigante ameaçada de extinção responsável por movimentar pela costa brasileira inúmeras campanhas de preservação.

## **5 A BIODIVERSIDADE MARINHA E SUA VULNERABILIDADE**

Apesar de possuir uma das menores costas do país, o Paraná possui uma significativa e diversa área de ecossistema marinho, incluindo manguezais, restingas e ilhas como Superagui, Ilha das Peças, Ilha do Mel, das Cobras, Teixeira, entre outras. De acordo com o livro “Olhares sobre a biodiversidade marinha e espécies ameaçadas” produzido pelo Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha, a dinâmica costeira e geomorfologia é caracterizada por extensas praias arenosas, planícies de maré, desembocaduras de rios, e áreas rochosas, tornando o complexo estuarino de Paranaguá uma das mais importantes áreas úmidas, em questão de biodiversidade, da costa brasileira.

Diversas espécies encontradas no litoral do Paraná estão categorizadas em algum nível de ameaça. Inúmeras espécies da região se encontram vulneráveis, dentre as quais temos o “mero”, cujo maior problema ligado à sua preservação é a degradação do estuário devido à dragagem e à presença de efluentes domésticos e industriais decorrentes da expansão urbana e portuária da região.

O boto-cinza também tem evidenciado graves problemas relacionados a imunossupressão, possivelmente um efeito de inúmeros impactos sofridos pelo ecossistema e pela degradação ambiental. A Raia-Manta, geralmente avistada entre a ilha das Peças e a Ilha do Mel, sofre com a intensa atividade turística, por conta do aumento do tráfego de jet-skis, pequenas embarcações, lanchas, além da exposição ao lixo e a degradação ambiental, porém a maior ameaça atualmente é a construção do novo complexo portuário na região devido a posição geográfica do empreendimento.

Além dos citados, outras espécies se encontram em nosso litoral e estão vulneráveis a inúmeros impactos, que variam da pesca predatória a atividades portuárias ou poluição marinha, ainda temos diversas espécies de tartarugas marinhas e tubarões.

## **6 MEDIDAS MITIGATÓRIAS**

O monitoramento de atividade pesqueira é exigido pelo IBAMA/ICMBIO como mitigação das atividades portuárias, com o objetivo de acompanhar as oscilações de disponibilidade dos recursos ambientais que ocorrem. Após alguns anos de monitoramento de atividade pesqueira em toda a baía de Paranaguá e de Antonina, a CIA Ambiental, responsável por programas ambientais realizados na Administração de Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e também pelo monitoramento do estoque pesqueiro da baía, colheu informações em sete pontos da baía: Pontal do Sul, mercado de Paranaguá, vila guarani, Ponta da Pita, praia dos Polacos, mercado municipal de antonina e Portinho, trazendo os resultados da pesquisa através de um seminário com os pescadores no dia 11 de abril de 2019, na cidade de Paranaguá, e outro dia 15 de Abril em Antonina.

Os resultados de 4 anos de monitoramento pesqueiros apontam a diminuição de pescado, porém eles reconhecem a falta de precisão nos resultados apresentados, sob a argumentação de não ser representado o total da pesca, e sim apenas o que é monitorado. Como os dados deles são coletados apenas em sete pontos de desembarque do litoral e dependem da participação voluntária do pescador, o resultado pode ser inconsistente com a realidade, ainda que os pescadores presentes nas duas reuniões afirmem que o estoque pesqueiro diminuiu consideravelmente.

Segundo os responsáveis pelo monitoramento, é difícil apontar o causador dessa diminuição, visto que mudanças climáticas sentidas nos últimos 4 anos e a pesca predatória podem ou não ter influenciado na dispersão dos animais, assim como outros fatores desconhecidos, e não apenas das atividades portuárias. O autor do monitoramento pesqueiro diz que o porto não é responsável por resolver as queixas dos pescadores, eles apenas reúnem as informações e queixas em relatórios e entregam aos órgãos responsáveis, ICMBIO e IBAMA, e que eles sim, seriam responsáveis por promoverem atividades – seja de fiscalização ou de proteção. Entretanto, o porto se disponibiliza ajuda para a resolução de forma técnica ou de planejamento.

As informações aqui apresentadas são de origem de anotações e registros feitos pela autora, durante os seminários de monitoramento da atividade pesqueira promovido pela CIA Ambiental, correspondendo aos dias 11 e 15 de Abril de 2019, nas cidades de Paranaguá e Antonina.

## 7 ALTERNATIVAS DE SUBSISTÊNCIA

Durante os trabalhos de campo e a partir de entrevistas com a comunidade, especialmente com a Dona Dircéia, pude compreender que, na sua percepção, a queda do estoque pesqueiro na região fez com que a comunidade buscasse meios alternativos de subsistência. O cultivo de ostras seria uma opção, afinal sempre ocorreram de forma natural no entorno da comunidade, e já era usada como alternativa para os pescadores em época de baixa produtividade pesqueira ou defeso.

De acordo com Fuzetti (2007), as instituições buscavam alternativas sustentáveis de renda para as populações tradicionais, fator decisivo para que a ostreicultura fosse adotada, não apenas em Ponta Oeste como em várias outras comunidades da baía de Paranaguá. Ainda nos primeiros cultivos, em 2011 a EMATER foi responsável por contribuir nos trâmites necessários para implantação do projeto do cultivo de ostras. Com passar do tempo, o cultivo das ostras se tornou uma importante influência no aspecto econômico da comunidade.

O turismo também acabou sendo uma significativa atividade econômica: os turistas são responsáveis pelas principais compras das ostras produzidas em Ponta Oeste. Diferente do restante da ilha, o movimento turístico presente ali não se deve à presença de pousadas e restaurantes – o que atrai os turistas para esta vila de pescadores é o manejo feito pelos moradores da comunidade de uma espécie da biodiversidade local.

Turistas chegam em lanchas e pequenos barcos até a comunidade, geralmente para uma rápida visita, onde sentam-se em mesas próximas ao mar para contemplar a paisagem enquanto consomem ostras frescas produzidas no local, além das vendas de dúzias para veranistas, que chegam em pequenas lanchas apenas para a compra das ostras e logo vão embora.

O interesse dos moradores de Ponta Oeste sobre os turistas é apenas um turismo rápido, em que eles cheguem, consumam as ostras e vão embora, sem interesses em pousadas e turismo de massas, apenas o suficiente para o sustento local, sem que tirem sua paz e de seus familiares.

Apesar de não ser um consenso entre todos os moradores, é a vontade da maioria, que diariamente é perturbada por ligações de empresários interessados em comprar lotes na comunidade, visando a criação de hotéis ou pousadas, com o objetivo de criar uma “nova Noronha”, situação que preocupa a população local, que só gostaria de manter seus antigos costumes e preservar a comunidade para as futuras gerações, principalmente a de seus netos.

## 8 O QUE ESPERAR PARA O FUTURO?

O livro “Protocolos de Consulta Prévia e o direito à livre determinação” (2019) surge com o objetivo de tornar o exercício do direito à consulta prévia algo emancipatório, realizado de forma intercultural, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades. O Protocolo é um documento de extrema importância e é dividido em três partes, e elas são: *A FORÇA VINCULANTE DO PROTOCOLO DE CONSULTA, SUJEITOS DA CONVENÇÃO N. 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) E O DIREITO À CONSULTA E AO CONSENTIMENTO PRÉVIO. LIVRE E INFORMADO (CCPLI) e por fim OS PROTOCOLOS DE CONSULTA.*

Visto que o Protocolo tem como objetivo respeitar as particularidades de cada comunidade, como deve ser feito o Protocolo de consulta de forma justa?

“não tem uma resposta única. Cada comunidade tem sua própria organização sociocultural, à qual o caráter culturalmente apropriado da construção do Protocolo e da consulta, previsto na Convenção n. 169 da OIT, deve se ajustar. O importante é que o processo seja conduzido pelos membros da comunidade, com ou sem auxílio externo. Protocolos elaborados por consultorias, empresas, membros do governo ou qualquer agente estranho à comunidade devem ser considerados inválidos e nulos”. (Protocolos de Consulta Prévia e o direito à livre determinação, p110)

Baseando-se na forma em que os povos tradicionais são atingidos quando há um projeto de lei ou projeto do executivo (rodovias, hidrelétricas, ferrovias, mineração, etc) e como esses povos são consultados antes desses projetos serem aprovados. A problemática a ser levantada no Protocolo é com certa urgência se levarmos em consideração que o Brasil possui mais de 300 etnias e milhares de comunidades quilombolas e tradicionais, cada qual com suas especificidades e com o mesmo direito e cada uma com o processo próprio de tomada de decisão.

O Protocolo conta com a participação de povos e comunidades quilombolas e tradicionais na construção de Protocolos próprios, que correspondessem às necessidades de cada um. A comunidade tradicional da Ponta Oeste faz parte do projeto, um trabalho que teve início em 2017 e questiona a retirada de direitos fundamentais da comunidade tradicional. Por meio deste documento ele traz seus desejos como comunidade, dentre eles estão:

O reconhecimento e efetivação dos direitos da comunidade tradicional da Ponta Oeste;

Que seja respeitado o seu território de 31,7763 hectares;

O reconhecimento e a efetivação da porção marítima de nosso território, que é indissociável da porção terrestre;

Conhecer o projeto de lei que está sendo elaborado para a Ilha do Mel e seu plano de uso e manejo, para saber o que irá acontecer com a comunidade e nossos espaços de vida;

Que o território marinho de pesca artesanal, nossa criação de ostras e mexilhões e o acesso à comunidade sejam respeitados;

Que os espaços para as roças e para o cultivo de frutas sejam garantidos e preservados;

Que a preservação da memória coletiva da comunidade da Ponta Oeste seja garantida pela nova legislação da Ilha do Mel.

(Protocolos de consulta prévia, e o direito à livre determinação, p. 248.)

Esta é apenas uma parte do protocolo em que os moradores expressam seus desejos em relação ao futuro da comunidade, e que enfim sua identidade e cultura possam ser respeitadas e reconhecidas.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a realização desse estudo foi possível observar a posição de outros pescadores de localidades diferentes e como enxergam de forma semelhante à dos moradores de Ponta Oeste sobre as atividades portuárias ou quais as causas que eles atribuem para a diminuição de peixes no estuário. O trabalho consegue apontar um conjunto de percepções ambientais dos pescadores que associam a crescente ampliação e diversificação de empreendimentos portuários à criação de ambientes impróprios a vida de animais da fauna marinha. Refletindo diretamente na precarização da vida humana que se integra ecologicamente a esses ambientes.

Porém não é preciso afirmar que essas perdas de biodiversidade tenham sido causadas exclusivamente pelas atividades portuárias, Tudo isso

leva a uma agenda de pesquisa futura, para aprofundar as questões levantadas. Estudos etnoecológicos focalizando duas ou três espécies de peixes, aprofundando estudos autoecológicos e de dinâmica populacional com estudos etnoecológicos, podem colaborar para a elucidação dessas questões. Mas não podemos ignorar os impactos que essas atividades causaram e causam ao meio ambiente, e como pequenas localidades podem ser as mais afetadas por elas.

Através deste trabalho vemos a comunidade da Ponta Oeste inserida na cadeia trófica marinha, e alimentando, outras parcelas da população local e regional que ao consumir pescado ingressam na cadeia trófica do mar. É possível perceber também que a exploração predatória da região pelo atravessamento de fluxos de mercadorias, pela via portuária, dissolve essas relações ecológicas, dos peixes com o mar e das pessoas com os peixes. Mostrando que as percepções ambientais dos pescadores resultam de sua experiência de vida no local e nesses territórios.

Em compensação, não há nenhum estudo real que comprove qualquer uma das afirmações sobre as causas dos impactos sentidos pela comunidade, visto que não foi possível obter nenhuma informação concreta por parte dos gestores e pesquisadores, apenas possíveis causas ou não.

Vale ressaltar que o que pode parecer uma simples mudança na rotina de uma pequena comunidade, onde para que ela possa sobreviver trocam a pesca pelo cultivo de ostras e turismo como atividades de subsistências, significa uma importante perda cultural e de identidade.

## **BIBLIOGRAFIA**

FUZETTI, L. CORRÊA, M. F. M. Perfil e Renda dos Pescadores Artesanais e das Vilas da Ilha do Mel - Paraná, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 35, n. 4, p. 609-621, 2009.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLASS, V. (Org.) **Protocolos de Consulta prévia e o direito a livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Centro de Pesquisa e extensão em Direito Socioambiental, 2019.

HARDER E; FREITAS, A. E. C. HARDER, Envelhecer na invisibilidade: tempo e narrativa na Ponta Oeste da Ilha do Mel, Paraná, Brasil. **Revista Iluminuras**, v. 16, n. 40. 2015.

LAPLANTINE, F. Introdução; O campo e a abordagem antropológicas. In:

\_\_\_\_\_. (Org.). **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MALINOWSKI, B. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1978. P.17.34.

MOURA, E. A. **A Corozinha da Ilha do Mel: Territorialidade de uma Comunidade Tradicional de Pescadores(as) Artesanais na Ponta Oeste, Paranaguá - PR**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2016.

LAMOUR, M. R. **Morfodinâmica sedimentar da desembocadura do complexo estuarino de Paranaguá-PR**. Tese de Doutorado. Curitiba, UFPR, 2007.

Dragagens: Limitações técnicas a ambientais inerentes à atividade,  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
[https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/work09\\_carlos\\_soares\\_dragagem.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/work09_carlos_soares_dragagem.pdf) ultima visualização dia 20/02/2020, as 18:30 hrs.

APPA, Administração dos portos de Paranaguá e Antonina. **Plano Básico Ambiental da Dragagem de Aprofundamento do Porto de Paranaguá**.

Diretoria do Meio Ambiente, 2015.

<http://ambscience.com/dragagem-o-que-e-como-funciona/> acessado dia 20/02/2020, às 13:00 hrs.

<http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente> acessado 20/02/2020, às 11:00hrs.

PAIFER, B. M. **Comunidade de Pescadores Artesanais da Ponta Oeste Ilha do Mel - PR Conflitos e Condicionantes**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Gestão Ambiental) - Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013.

REBIMAR. **Olhares sobre a biodiversidade marinha e espécies ameaçadas**. Pontal do Paraná. Editora Associação Mar Brasil, 2019.

## **MEMORIAL DO PROJETO DE APRENDIZAGEM (PA), INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS (ICH) E VIVÊNCIAS PROFISSIONAIS EM GESTÃO AMBIENTAL**

### **I - Memorial dos Projetos de Aprendizagem - PA**

Por muito tempo me senti perdida sobre o que era de fato o Projeto de Aprendizagem, a ideia de autonomia para desenvolver um projeto foi algo assustador, conseguir pensar em algo que eu me identificasse e considerasse importante também não foi fácil.

Passei um ano e meio com várias ideias até que pudesse dar início ao meu primeiro projeto que tinha por objetivo descobrir causas da poluição da baía de Antonina, cidade que cresci e que ao mesmo tempo sentia necessidade de contribuir de alguma forma.

O projeto ia relativamente bem até ser necessária a parte de entrevistas e de informações oficiais básicas, como por exemplo a existência de tratamento de esgoto na cidade. A demora em conseguir tais informações foi me desanimando e aos poucos fui perdendo o interesse no assunto, apesar de não querer mais tratar do assunto, senti uma enorme dificuldade em desapegar e seguir em frente e buscar por um assunto que de fato eu tivesse uma conexão.

Em novembro de 2017, minha turma teve sua primeira aula de campo significativa, onde, com o professor Eduardo Harder e a professora Ana Elisa de Castro Freitas, conhecemos a comunidade da Ponta Oeste, uma pequena vila de pescadores muito acolhedores e simpáticos e apesar de todas as dificuldades enfrentadas permaneciam sorrindo e sendo otimistas.

Nesse dia soubemos de uma parte da história dos moradores, em uma roda de conversa muito emotiva e forte, não teve um aluno que não se emocionou com a situação em que eles se encontravam, nem quem não se revoltasse ao ouvir sobre as ações do órgão ambiental paranaense IAP, tendo suas casas invadidas por autoridades, seu espaço e privacidade sendo deixada de lado.

Ainda durante essa aula, lembro de não conseguir prestar muita atenção no que os professores falavam, pois logo atrás deles se encontrava uma enorme embarcação, que mais tarde eu viria a saber se tratar de uma draga.

Durante a conversa com a comunidade, Dona Dircéia Pereira, uma das lideranças atuais da Ponta Oeste, comentou por alto sobre as atividades incessantes da dragagem e como isso afetava o dia a dia da vila, comentou sobre animais marinhos decapitados ou gravemente feridos, comentou também sobre denunciar para o IAP e o órgão não poder tomar nenhuma providência.

Ao final desse dia eu finalmente senti a conexão que tanto buscava, mas não com um tema específico, mas com a comunidade, sai de lá fascinada e tendo várias ideias de como transforma-las em um projeto de aprendizagem. Apesar dessas ideias estarem fortes, levei quase seis meses para tomar coragem e mudar de projeto, e com a ajuda do meu orientador isso se tornou possível, busquei inúmeras fontes de estudo, fiz um campo entre o final de outubro e o início de novembro de 2018, tudo em busca de informações necessárias para ser capaz de desenvolver e realizar as atividades para o PA e para o presente trabalho de conclusão de curso.

## **II - Memorial das Interações Culturais e Humanísticas (ICH)**

Ao longo dos quatro anos foram realizadas oito participações em oficinas das Interações Culturais e Humanísticas. A seguir serão apresentadas cada uma delas com breves objetivos e desenvolvimento das atividades.

2015/1 – **Comunicação sem vergonha**: foi a primeira ICH realizada e tinha como objetivo auxiliar os alunos a aprenderem a falar em público, visando principalmente a apresentação de seminários, forma de se portar, meios de evitar o branco durante as apresentações e funcionava como um curso motivacional para perder a vergonha do público. A atividade apresentada no FICH, foi dançar Thriller do Michel Jackson.

2015/2 - **Espaços não formais de ensino**: Esta ICH trazia discussões importantes sobre os processos de ensino e aprendizagem em diferentes espaços não formais de ensino. Contava com inúmeras visitas, como por exemplo a museus, centros de ciência, parques e unidades de conservação de forma diferenciada. Ao fim com o FICH, foram realizadas exposições que remetesse a cada temática tratada nos visitado.

2016/1 – **Geekich**: ICH voltado para a cultura japonesa, filmes, animes, história, culinária, fomos divididos em equipes e em cada aula a participação dos alunos resultava em pontos para a “casa” que cada um representava, a atividade do FICH foram os participantes da oficina se vestirem de personagens conhecidos da literatura, filmes e jogos.

2016/2 – **Geekich**: foi reformulado e tratando não apenas da cultura japonesa, como da cultura pop num geral, a atividade do FICH foi cada um levar o máximo de objetos (Hqs, figuras de ação, pelúcia, etc) que remetesse a cultura geek.

2017/1 - **Identificação de Plantas**: Teve como objetivos, adquirir conhecimentos básicos da botânica, com aulas teóricas e práticas, a atividade final contou com a elaboração de uma exsicata com uma planta escolhida e identificada por cada participante.

2017/2 - **PANCs – Plantas Alimentícias não Convencionais**: Nesta aprendemos sobre a existência das plantas alimentícias não convencionais, e por meio de pesquisas e discussões foi reproduzido receitas para aprender de forma correta como utiliza-las em nosso dia a dia.

2018/1 – **Fotografia**: O objetivo do presente ICH, foi ensinar questões básicas de fotografias, bem como utilizar as ferramentas, registrar alguns pontos turísticos e unidades de conservação do nosso litoral.

2018/2 - **Guerra dos Mapas – terra, território e poder**: esta oficina teve como objetivo nos fazer entender como o mapa pode ser utilizado como uma ferramenta de poder, reconhecimento e territorialidade. Mostrando noções básicas de geoprocessamento e os diferentes tipos de mapas.

### **III - Relatório da Vivência Profissional em Gestão Ambiental**

O presente modulo foi realizado no oitavo período da graduação, com um voluntariado no Núcleo de Gestão Integrada Antonina- Guaraqueçaba no ICMBio, no município de Antonina/PR, de 05/09/2018 a 14/12/2018.

Nesse período tive a oportunidade de compreender um pouco sobre como é realizada as atividades administrativas do órgão ambiental, auxiliar na montagem do novo Conselho Consultivo da área de proteção ambiental de Guaraqueçaba (CONAPA), o da Estação Ecologica de Guaraqueçaba (COSEC) e Parque Nacional de Superagui (CONPARNA), além de utilizar o programa de georreferenciamento, QGIS, para elaboração de mapas a partir dos dados coletados em campos realizados pelos responsáveis das unidades.

Fui responsável também pela elaboração de tabelas no Excel registrando todas as reuniões do conselho de 2006 a 2015, e a descrição do que foi discutido em cada reunião.